

Crise Moral ou Crise Ética?



Roberto Marcos Inhauser

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma análise do que se costumou chamar de crise moral ou crise ética, demonstrando que não é possível falar-se em tais crises sem que se faça uma análise de fundo do que significa a própria expressão crise dentro de um contexto moral e ético, levando a uma reflexão sobre os diferentes tipos de moral e ética que se apresentam para o desafio de vida do ser humano.

Palavras-chave: moral– ética – crise moral – crise ética.

ABSTRACT

The present article intent to do one analyses witch use to call moral crises or ethical crises, showing that it is not possible speak in such crises without doing a complete evaluation witch means the own expression crises inside of a moral and ethic context, leading to a reflection about the differents types of moral and ethic witch presents for the challenge of the human beings lives.

Key words: moral- ethic- moral crises - ethical crises.

RESUMEN

El presente artículo pretende hacer un análisis de lo que se acostumbró llamar de crisis moral o crisis ética, demostrando que no es posible hablarse en tales crisis sin que se haga un análisis de fondo de lo que significa la propia expresión crisis dentro de un contexto moral y ético, llevando a una reflexión acerca de los diferentes tipos de moral y ética que se presentan para el desafío de vida del ser humano.

Palabras-clave: moral – ética – crisis moral – crisis ética

A palavra de ordem no momento é **CRISE**. Por todos os cantos e em todos os setores se ouve a expressão. E não poderia também deixar de ser abarcada pela chamada **CRISE MORAL**. Permitam-me a ousadia. O mundo nunca esteve, não está e não estará em crise moral. Neste campo, o que ocorre é que o mundo está vivendo um momento de muita angústia, transtorno e desconforto reveladores de uma **CRISE ÉTICA**, mas não de uma crise moral. Se não, vejamos.

Constatação básica e necessária é a de que, sem se constituir em qualquer novidade ou num novo *Eureka!*, o fator distintivo do ser humano é a sua capacidade de trabalhar com conteúdos racionais. Dentre todos os seres vivos, o ser humano é o Único que consegue não só ter experiências vivenciais, mas consegue relacioná-las dentro de um conteúdo histórico. Mas não é só: consegue criar e desenvolver a capacidade de trabalhar

Roberto Marcos Inhauser

Docente da Graduação em Direito -
Unaerp

com conteúdos que extrapolam o seu mundo meramente experimental.

Muito se tem discutido sobre os diversos tipos de inteligência encontrados nos mais diferentes seres. Não obstante, ainda é passivo que o Único dos seres que pode criar, entre-relacionar e inter-relacionar, modificar, acrescentar, combater os resultados inteligentes é o ser humano e por meio do que se convencionou chamar de razão, que alguns preferem chamar de reflexão.

Trabalha com idéias, com conteúdos abstratos, ampliando o seu significado e relacionando-os entre si no sentido de estruturar a sua capacidade de busca da questão fundamental que milenarmente o angustia:

Quem sou eu? De onde vim? Por que estou neste conteúdo histórico? Qual a finalidade da minha existência? Para onde vou?

Essas perquirições acompanham e angustiam o ser humano desde que ele se conhece como gente. E no afã de tentar descobrir respostas aceitáveis e fundamentadas para essas perguntas, elabora as mais diferentes linhas de raciocínio. Articula conteúdos, no âmbito da capacidade de trabalhar com aqueles abstratos, que possibilitem, se não em caráter definitivo, pelo menos satisfazer em parte essas inquirições.

Também é de se constatar que este mesmo ser humano, exceção feita a casos já bem explicados pelas ciências próprias, tem como forma de expressão da sua interioridade, da sua própria existência histórica, o ser um *ens sociale*, isto é, o ser humano é um ser social também. E nisto não lhe cabe nem a primazia, nem a preferência e nem a deferência especial, pois também outros seres são sociais.

Mas quando juntamos essas duas características encontradas no ser humano, detectamos a singularidade e a complexidade resultantes na própria expressão de vivência social. Chamamos a isto de complexidade da vida social do homem.

Ora, o ser racional não o é devido à mera obediência às atividades ou às necessidades sociais. Muito mais do que isto, o característico do racional é ser determinativo, é ser modificativo, é ser criativo do conjunto de comportamentos que serão sentidos e percebidos na sociedade. E se há um campo onde os seres humanos **PODEM** - e é necessário grifar bem esta palavra - realmente se entender entre si, se o quiserem, se o usarem, é o campo racional. Por mais antagônicos que sejam os nossos pensamentos, por mais confrontativos que sejam nossas posições, não obstante é no campo da razão que podemos nos entender e, principalmente, respeitar. Mas é também o campo onde, nos Últimos tempos, menos usamos para tal.

Característica importante dessa capacidade do ser humano de usar a razão é também a capacidade de, ao observar todos os demais semelhantes, neles encontrar, da mesma forma que em si, aspectos que determinam e marcam valores que fazem com que ele seja realmente um

SER HUMANO. Tais aspectos ou valores nele encontrados em potencial - em **todos** eles - e que, partindo do potencial, se torna vivencial no sentido de permitir que ele se aperfeiçoe, isto é, se torne mais distintamente um verdadeiro **ser** e **humano**, fazendo-o digno de sustentar e alardear o fato de que é realmente Homem - com H maiúsculo - é o que chamamos de **valores éticos**.

No entanto, não deixa também de ser uma constatação verdadeira a de que, na medida em que valores próprios aos caracteristicamente humanos são sufocados por valores alienígenas a ele (como, por exemplo, os valores econômicos), mais se distancia o ser humano da sua finalidade, entre outras, de ser diferente dos demais animais, porque é ser racional, e acaba por se aproximar significativamente da irracionalidade. Os valores alienígenas conduzem o ser humano a um processo involutivo, o de se igualar cada vez mais a um ser irracional, visto que estes valores não têm o condão de trazer a estrutura de sustentação para que o ser seja humano, mas, sim, como um verdadeiro câncer, minar as forças e resistências do ser humano, fazendo-o sucumbir ao mundo da irracionalidade.

Assim, usando da mesma capacidade de raciocinar, o homem provoca em si mesmo

uma contra-razão e, apesar de usar da razão, ela tem efeito contrário e devastador. É o que comumente se diz que “o tiro saiu pela culatra”. Mesmo sendo um ser com capacidade racional e usando da própria razão, torna-se um irracional por valorizar mais em si os que são alheios ou alienígenas à sua própria estrutura.

Quando isto ocorre, o ser humano se torna uma arma com poderes destrutivos incomensuráveis, podendo desejar matar ou destruir o seu semelhante somente para que, em si mesmo, aqueles valores alienígenas possam ser satisfeitos. É neste sentido que o Senhor Jesus Cristo afirmou que não devemos temer quem nos tira a vida física, mas quem mata a alma. Um ser humano envolvido pelos valores alienígenas é um, parafraseando o título de um filme muito conhecido, um “Exterminador do Passado, Presente e Futuro”.

Decorrentes dessa introyecção de valores alienígenas podemos detectar, a nível social, a presença de situações fáticas impressionantes, tais como a competição desenfreada entre as pessoas, onde o **ter** é muito mais importante do que o **ser**; competições alucinantes por um mercado de trabalho profissional ou de comércio; a busca de lucro em si mesmo, onde nenhum valor passa a ter o outro ser humano senão como fonte de onde se pretende exaurir, esgotar a sua capacidade contributiva para atender a nossa insaciável necessidade financeira; o individualismo e o estrelismo profissional começam a ocupar cada vez mais espaço na perspectiva subjetiva e na social.

Quando tais aspectos afetam a sociedade, trazendo disparidades nas relações entre os seres humanos - o que comumente chamamos de abuso (do latim *ab* - mais do que, excesso - e *usus* - uso; isto é, uso em excesso, desmesuradamente, descomedidamente) - entra em ação uma entidade fictícia em si, mas de grande poder entre nós: o Estado. Este, visando trazer novamente o equilíbrio nas relações entre as pessoas que por si só já não o fazem, impõe normas para que, agora pela força legal, cumpram os subordinados os seus ditames. Em outras palavras, significa que quando o ser humano já não consegue ou não quer continuar a desenvolver os valores que lhe são próprios e quer que a sua irracionalidade de valores alienígenas prevaleça, o Estado dita normas para obrigá-lo - à força - a que, pelo menos em parte, retome o seu rumo perdido.

É o que acontece com os famosos Códigos de Ética das mais diferentes profissões, dentre elas as referentes à área jurídica. O que são eles? Uma forma imposta e obrigatória de fazer com que o profissional e as demais pessoas que com ele convivem entrem em relações onde se pautem pelos valores próprios de seres humanos que são. Em outras palavras: se nós, seres humanos, não somos capazes de, por nós mesmos, estabelecer essas relações, os dignos representantes da figura do Estado (dentre elas a OAB), procuram impor, por meio da possibilidade de uso da sanção, tal “racionalidade”. É até estranho dizer isto: impor aos seres humanos que voltem a usar a razão que os leva aos valores que lhe são próprios, inerentes.

É óbvio que todas as vezes que ocorre esta intervenção - e isto tem acontecido cada vez mais - haverá reações contrárias, e principalmente dos que se sentem prejudicados. Mas há que se perguntar: prejudicados nos seus valores como seres humanos? NÃO! Nos valores externos, acessórios, alienígenas a eles.

Aqui cabe a necessidade de uma explicação. Começamos a nossa fala dizendo que nunca houve, não há e nem haverá crise moral. Vamos tentar explicar um pouco essa afirmação.

Antes de qualquer coisa, necessário é, apesar da muitas vezes discordantes de tal posicionamento, afirmar com toda veemência:

A ÉTICA NÃO SE CONFUNDE COM A MORAL. Isto pode soar estranho aos ouvidos dos incautos, mas é absolutamente necessário reafirmar tal princípio para que possamos balizar as nossas decisões, a nossa postura enquanto seres humanos e profissionais. Se não soubermos fazer essa distinção, significa também que não sabemos distinguir uma panela de uma roda de caminhão.

A moral é fruto de convenções sociais, da cultura, da religiosidade, da forma de vida de um determinado grupo social. Ela se estrutura e se fundamenta como resultado de interesses da sociedade em vários campos, e sofre a influência muito de perto do meio social, político e principalmente do religioso.

Por sofrer a influência do meio social, a moral toma a forma que a sociedade assim o desejar. Daí é que escutamos a expressão de adequação: a moral do brasileiro não é a mesma da alemã. E isto está absolutamente correto, visto que o conjunto de interesses que cada sociedade estabelece para a sua convivência é determinado também pelo conjunto de interesses da própria sociedade. Desta forma, a moral de uma determinada sociedade reflete diretamente o conjunto de interesses que esta sociedade desenvolve por meio da sua cultura, entendida aqui no seu sentido mais amplo.

Assim, é possível falar de uma moral carcerária, de uma moral indumentária, de uma moral religiosa, de uma moral literária, etc. E, diga-se de passagem, a moral advocatícia - e das áreas profissionais afins - não anda em alta ultimamente. Recentemente ouvi uma expressão de uma pessoa muito conhecida, que me levou a refletir sobre o seu verdadeiro significado:

Você alguma vez já foi assaltado? Não? Então peça a Deus para nunca precisar de um advogado (para não ser por ele assaltado), ou precisar da polícia (que pode ser ela mesma a causa do crime), ou depender da cabeça e comportamento dos juízes (de onde ninguém faz idéia o que sai como decisão)!

Diferentemente, a Ética é um conjunto de valores que fazem parte da própria estrutura de todo e qualquer ser humano, tenha ele vivido no passado, viva no presente ou venha viver no futuro. Ser um ser humano é ter e perceber bem latente esse conjunto de valores, visto que são eles que permitem a ele, no uso da sua razão, encontrar o fundamentado dos seus comportamentos. Esses valores estão **potencialmente** nos seres humanos. Isto quer dizer que eles os têm. Só falta usar. E é no momento do uso que entra a capacidade racional de adequar o seu comportamento a esses valores ou adotar aqueles alienígenas à sua própria estrutura, por meio de um expediente bastante conhecido que é a racionalização (capacidade de construir linha de raciocínio tendentes a explicar os motivos, mas que não resiste a uma análise crítica fundamentada).

O que existe, na verdade, não é uma crise moral, mas nunca crise ética, visto que cada vez mais o ser humano está deixando de lado os valores que lhe são próprios e adotando valores estranhos a ele. E o profissional do Direito, que muito de perto trabalha com um dos mais significativos deles, o valor que chamamos de JUSTIÇA, não raro se embrenha pela moral social e se esquece do verdadeiro sentido deste valor ético, chegando às raias de, em nome da justiça, cometer as maiores injustiças fundamentadas na moral social, mas que não consegue subsistir a uma confrontação ética.

Podemos, então, perceber a possibilidade de termos um comportamento moral que, ao mesmo tempo, não seja ético. É moral no sentido de que a sociedade sem maiores dificuldades a adota, mas é antiético no sentido de que fere valores fundamentais do ser humano.

A partir dessa linha de raciocínio, podemos também detectar alguns tipos de moral não só no campo profissional, mas também em geral. Queremos fazer uma breve reflexão sobre elas.

Para tal partimos de dois pressupostos básicos:

1) que os conteúdos dados à palavra ética têm sido discrepantes, de acordo com referenciais próprios que cada indivíduo utilize;

2) que os “discursos éticos” precisam ser entendidos dentro do contexto de sua alocação histórica, no sentido de que serão, no mais das vezes, discursos morais, mas não necessariamente éticos.

Assim, de vez que vivemos numa sociedade extremamente pluralista, e isto até culturalmente, onde as contradições são patentes, e onde os interesses das diferentes

classes sociais se entrecrocaram, podemos claramente perceber que os componentes dessa sociedade usam as mesmas palavras, mas com conteúdos muito diferentes e discordantes, senão antagônicos entre si. Tal situação cria pontos-de-vista nem sempre claros para que se possa entender com que conteúdo se está usando o termo, a palavra, e isto até pela falta – sintomática - de clareza.

Podemos, a partir disto, identificar, seguindo a linha de raciocínio básica de alguém que esta temática abordou, pelo menos três formas de uso que se tem dado à palavra ética, permitindo, desta forma, relacionar com os três tipos básicos de atitudes éticas que do discurso resultarão. Quase sempre estas formas são conflitantes entre si.

1) MORAL LEGITIMADORA DO *STATUS QUO*

As pessoas, por razões as mais diversas e explicáveis possíveis, começam a implementar determinado comportamento social ou profissional, até que ele se torne um hábito, uma prática usual. A partir disto, se este comportamento for de interesse de pessoas ou grupos, busca-se elaborar um discurso de conteúdo moral (mas afirmando ser ético) que venha sacralizar, perpetuar e legitimar tal comportamento.

Em outras palavras, eleva ao nível de **status** ético pessoal e/ou profissional o que seria apenas a constatação de práticas usuais já consolidadas – moral -, dentro de um momento histórico definido. De simples constatação, passa-se à prescrição de normas, chamadas de éticas, mas que na verdade são morais, idênticas às que foram constatadas, buscando, assim, validar e convalidar por meio de um ponto-de-vista moral, o que é a prática cotidiana.

Tal postura não passa de mero exercício tautológico, isto é, onde as normas morais passam a ser uma mera repetição (*tautós*, no grego, o mesmo) do comportamento habitual, abandonando, assim a sua própria finalidade, que é o de analisar e avaliar as posturas, os comportamentos, que é função precípua do conteúdo ético.

Assim, por exemplo, se no dia-a-dia, o profissional advogado cobra do cliente despesas processuais que na realidade não existem, enganar se torna um valor moral - guindado ao *status* de ético -, senão exaltado, ao menos tolerado e moralmente aprovado, demonstrando a esperteza de quem assim age.

Um outro exemplo: como o cliente não tem para quem reclamar desses abusos (*vá reclamar para o bispo*), contentar-se ou acomodar-se com esta prática é um valor moral aceitável, de vez que *não resolve nada mesmo*.

Essa postura, disseminada pelos que têm interesses na aplicação da famosa Lei Gérson do *levar vantagem*, é calcada principalmente numa formação profissional de cunho essencialmente positivista, onde os fatos são os Únicos dados que se impõem como lei ética, e onde também prevalece a intenção de manter a função apaziguadora das consciências. É a isto que leva este tipo de postura moral.

E ao instituir a prática pessoal/profissional como norma moral, o resultado palpável disto é a tranquilidade de consciência. Chega a tal ponto essa prática moral que as pessoas/profissionais chegam a ser reconhecidos como de alta estima e honorabilidade, recebendo até comendas por sua postura “ética”. Aplacam-se, assim, os efeitos possíveis com o reconhecimento público de pessoa de bem, com jantares e quetais.

A ética, assim ao invés de proporcionar um questionamento e uma avaliação crítica da prática, acaba permitindo e incentivando a sua legitimação. Alguém dizer ou receber um diploma de honorabilidade não o faz um ser ético. Somente o será se a sua prática estiver estribada em conteúdos éticos e não necessariamente em conteúdos morais.

2) MORAL E ÉTICA IDEALIZANTES

Trata-se essa modalidade de criticar aquilo que, avaliativamente, se pode constatar de imperfeição e inepto diante dos objetivos que levam à finalidade de produzir o bem-estar da coletividade.

Mas, o que acontece é que esta crítica utiliza-se de uma perspectiva idealística, irreal, inatingível, utópica, por meio de estruturas e normas expressas com uma generalidade tão grande e com tamanha abstração que não se consegue chegar, em tempo algum, a qualquer tipo de conclusão que seja. É o uso das “fórmulas estratosféricas”.

E, por incrível que possa parecer, esta é a fórmula utilizada pelos Códigos de Ética, de uma forma geral. Se não vejamos um exemplo tirado de um desses códigos:

devemos ater-nos à maior cientificidade possível nas nossas atividades profissionais; ao maior rigor técnico-científico; devemos esforçar-nos por escolher as práticas mais honestas, as mais eficazes possíveis, as mais respeitosas para com o ser humano; devemos humanizar ao máximo as relações profissional-cliente, etc.

É bem típico desse tipo de moral a utilização de frases pomposas, retumbantes, que dão a impressão de que o tão somente pronunciá-las já permite solucionar todos os problemas ético/morais que, porventura, a prática problemática e defeituosa possa suscitar.

Deve-se observar que a característica principal desse tipo de moral é a de que as normas dela oriundas são elaboradas tão somente ao nível do discurso, utilizando-se para isto de frases ambíguas, gerais e abstratas. E é dessa forma que ela se divorcia de qualquer possibilidade de proposta prática concreta e precisa, o que é alcançado pela ética, mas nunca pela moral. Muitas vezes são desse tipo de palavreado que se utiliza com o cliente no momento em que ele precisa sentir segurança na contratação que está fazendo.

Ora, se atentamente observarmos esse tipo de prática, vamos detectar que não há uma proposta verdadeiramente alternativa à prática usual e cotidiana, quando esta é vista como sendo defeituosa, conformando-se, isto sim, num discurso consolador e, como não poderia deixar de ser, ideologicamente comprometido com essa prática defeituosa, procurando empanar a possível capacidade de uma justa crítica no momento em que esta está sem condições de despertar.

É dentro dessa modalidade que vamos encontrar uma grande maioria dos discursos progressistas que ouvimos ou lemos, feitos por pessoas/profissionais “comprometidos com a modernidade, com os novos tempos, com a nova realidade, interessados com o bem-estar dos descamisados, paladinos da moral, etc.”.

É exatamente neste tipo de ética que também vamos encontrar aqueles adeptos do *façam o que mando e não o que faço*, pois muitos daqueles que discursam sobre a importância da ética, na sua prática pessoal/profissional têm comportamentos completamente opostos, mas fundamentados numa moral de discutível conteúdo de valores válidos nas relações entre os seres humanos, que são os valores éticos.

Esses mesmos que elogiamos ao nível do seu discurso, concordando com a sua linha de argumentação e conclusão, neles depositando total confiança, encontramos as mesmas práticas condenadas veementemente e com arroubos de retórica serem simplesmente exigidas de seus subordinados e até na própria atitude pessoal.

Neste ponto, esse tipo de ética divorciada da prática moral permanece intacta e inalterada, produzindo, via de regra, grandes lucros à instituição e aos profissionais comprometidos com ela. E isso ocorre pacificamente, sem qualquer problema moral, visto que a ética que serve como fachada é a moral progressista, ao nível do discurso, com o objetivo de adormecer ou apaziguar as consciências.

A consequência pessoal desse tipo de dualismo ética-discurso e ética-prática é a cada vez mais crescente situação esquizofrenizante.

Nesse sentido têm contribuído as Ciências Sociais para ajudar a entender esse divórcio prática e teoria ético-moral, ao trabalhar com o conceito de ideologia racionalizadora para uma prática que não deve ser alterada, e isto levando-se em conta os grandes interesses econômicos e políticos que envolve.

3) ÉTICA PROBLEMATIZADORA

Este tipo de ética tem como característica a permanente preocupação inquiridora das práticas e comportamentos usuais. Esse processo inquiridor não o é em si mesmo, mas com o objetivo de uma análise crítica metodologicamente fundamentada e elaborada, não se deixando envolver com um puro e simples criticismo. Mais: tem o objetivo não só de problematizar a prática e o comportamento usualmente encontrados, mas procurar, nesse processo, fundamentar e proporcionar práticas alternativas para todas aquelas práticas e comportamentos que se mostrem inadequados para a finalidade de promoção do equilíbrio e bem-estar sociais.

Não se pode deixar de observar que é dentro desta perspectiva problematizadora que se busca compreender as raízes e influências econômicas, políticas, culturais, etc. que afetam a maioria das pessoas e profissionais nos dias presentes.

Busca-se, por exemplo, estabelecer discussões sobre o compromisso das ciências e das atividades econômicas em geral com o poder, identificando a chamada posição de não-neutralidade diante de grupos sociais e profissionais que visam a supremacia e o domínio.

É a partir desse último tipo de ética que se pode confrontar os comportamentos e práticas usuais muitas vezes “legitimados” também por uma pretensa moral discursiva, com os conteúdos aprendidos quer nos bancos escolares, quer na vivência do mundo dos negócios, quer no seio da atividade profissional, por meio de cânones rígidos e generalizantes de códigos de ética escritos ou tácitos.

Ao se adentrar para análise do conjunto histórico vivencial, é de fácil percepção - e isto é o que realmente incomoda - que na raiz das práticas que hoje se desenvolvem quer a nível vivencial, quer a nível profissional, quer a nível comercial, quer a nível político, se encontra a clara reprodução das relações de dominação. Cada vez mais há um engajamento das classes profissionais de primeira linha (resultado de formação universitária), bem como dos profissionais que de alguma maneira tem o condão de marcar os passos econômicos, de se aliarem com as forças de dominação que estão no poder.

E é interessante que na medida proporcional do seu engajamento com os dominantes é a proporção do seu afastamento da realidade. Torna-se até aviltante o distanciamento que existe do conhecimento da realidade do próprio ser humano, do próprio povo, do próprio empregado, do próprio consumidor, do próprio profissional da área jurídica, conhecimento este a partir do lugar social em que cada um se insere.

Este tipo de ética, a problematizadora, busca levantar numerosas interrogações sobre essa prática usual, em qualquer área que seja, e principalmente agora, na medida em que os clientes começam a descobrir os seus direitos com relação aos advogados e à Justiça de uma forma geral. Ao mesmo tempo faz com que surja um veemente apelo para uma nova prática profissional/pessoal, pautada ela na pedra angular da ética, de uma visão social que não esteja dissociada de outros aspectos sócio-político-econômicos diretamente implicados na questão.

No caso em pauta, as relações jurídico-profissionais, fala-se aqui de uma prática multidimensional e com um forte sentido de comunidade. Busca-se, assim, uma prática mais voltada para a função precípua de educar e orientar o indivíduo e seu grupo social e não somente no sentido de reparar possíveis danos que tenha o cliente.

Mister é alertar que essa exigência ética implicada nessa prática alternativa pode, sem dúvida, contrariar muitas - diria até: quase todas - das práticas oficiais vigentes, aprendidas não só nas respeitáveis instituições de ensino, como também na vivência ou sobrevivência cotidiana, que modelam os comportamentos e atitudes de todos os envolvidos.

Pela sua própria característica, não se trata de um tipo de ética de pacotes, de moldes, de fórmulas, pois não pretende ela oferecer fórmulas pré-fabricadas, em gabinetes, de práticas alternativas. Tem, isto sim, o condão de incentivar para que este tipo de ética

seja procurado e colocado à prova. Neste tipo de ética os valores não estão previamente prescritos e nem sequer as normas deontológicas acabadas em códigos. Por outro lado, tampouco se pode garantir que não se incorrerá em erros ou enganos quem por esse caminho alternativo queira trilhar.

Mas representa, isto sim, a morte da boa consciência tranqüilizada e dormindo em belo berço esplêndido que proporciona os códigos já prontos, porque estes representam a palavra final e dogmática da legitimação da prática usual e tradicional.

Há que se ressaltar que, ao se aplicar este tipo de ética, inevitavelmente chegar-se-á à convicção de que muitas das práticas oficiais já estão absolutamente ultrapassadas e que são realmente antiéticas, embora com aparência e discurso éticos.

O ponto fundamental neste tipo de ética é o seu forte apelo para a integridade da pessoa, do profissional e principalmente para as suas capacidades intelectivas, racionais, de analisar o fenômeno das relações com os clientes não só no seu aspecto econômico - o de *levar vantagem* -, mas também no seu aspecto social, político e cultural.

Busca-se, assim, uma forma de comportamento que implique num rompimento de um círculo vicioso formado pela opressão política e econômica que determina o reconhecimento de enfermidade social, cultural e pessoal que leva a pessoa não só a um total desequilíbrio psicossomático, como também nas suas relações sociais individualizantes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARISTÓTELES. *A ética*. Bauru/SP: Edipro, 1995 (Série Clássicos).
- BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia: a Ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FRANKENA, William K. *Ética*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- INHAUSER, Roberto Marcos. *Fundamentos da ciência ética*. Ribeirão Preto/SP: s/ed, 2002. Postilado.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.